

Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre língua brasileira de sinais (LIBRAS)*

The knowledge of nursing students about brazilian sign language (BSL)

Maria Aparecida Mendes da Silva¹
Lincoln Agudo Oliveira Benito²

Resumo

O censo demográfico no Brasil em 2010 apontou um quantitativo de aproximadamente 5.735.099 de deficientes auditivos (DAs) e, no Distrito Federal (DF), existem cerca de 100 mil pessoas nessa condição de deficiência. Trabalhos existentes mostram que os DAs relatam insatisfação com o atendimento de saúde em função do reduzido quantitativo de profissionais habilitados em LIBRAS. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar o conhecimento de graduandos de enfermagem (GE) de uma instituição de ensino superior (IES) sobre LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), usada pelos deficientes auditivos para se comunicar. Para isso foram aplicados 67 questionários aos estudantes de enfermagem. Os resultados mostraram predominância do gênero feminino, idade entre 18 e 20 anos, maioria brasiliense e solteira. Nesse grupo 94% (n=62) sabem o que é LIBRAS, mas 90% (n=56) não saberiam se comunicar com DAs e 92% (n=65) possuíam interesse em aprender LIBRAS. Pelos dados obtidos neste trabalho, foi possível observar que os estudantes percebem a importância da disciplina para a atividade profissional e ressaltam que o profissional atualmente não está plenamente preparado para atender esses pacientes, o que dá ainda mais relevância para a inclusão dessa matéria como obrigatória nas grades curriculares dos cursos.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência auditiva. Comunicação. Linguagem de sinais. Surdez. Percepção auditiva.

Abstract

The Brazilian census of 2010 showed a quantitative approximately 5,735,099 of the deaf (HI) and in the Distrito Federal (DF) there are about 100,000 people in this deficiency condition. Existing studies show that the HI report dissatisfaction with health care on the basis of quantitative professionals skilled in reduced pounds. Thus, the aim of this study was to analyze the knowledge of nursing students (NS) of a higher education institution (HEI) on pounds (Brazilian Sign Language), used by deaf people to communicate. To this were applied 67 questionnaires to nursing students. The results showed predominance of females, aged between 18 and 20 years, most from Brasilia city and single. In this group 94% (n=62) know the BSL, but 90% (n=56) would not know how to communicate with HI and 92% (n=65) had an interest in learning the BSL. The data obtained in this study it was observed that students realize the importance of discipline for professional activity and emphasize that the trader is currently not fully prepared to treat these patients, which gives even more importance to the inclusion of this subject as required in the curricula of the courses.

Keywords: People with hearing disabilities. Communication. Sign language. Deafness. Auditory perception.

* Recebido em: 18/08/2015.

Aprovado em: 10/05/2016.

¹ Graduanda em Enfermagem do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) – DF – Brasil.

² Mestre em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Docente do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) – DF – Brasil.

1 Introdução

Antigamente, a surdez era descrita enquanto discriminação, em que as pessoas eram consideradas dignas de pena e vítimas da incompreensão de toda sociedade. Atualmente, essa questão tem melhorado e o assunto tem sido discutido por profissionais de diversas áreas (CHAVEIRO; BARBOSA; PORTO, 2008).

A deficiência auditiva se caracteriza pelas seguintes modalidades: perda parcial ou total da capacidade de audição e pode se manifestar em diferentes graus (leve, moderado, severo e profundo). A deficiência na estrutura dos sistemas de saúde pode contribuir para falhas que comprometem a comunicação entre profissionais e deficientes auditivos e, conseqüentemente, a qualidade da assistência prestada (CASTRO; PAIVA; CÉSAR, 2012).

O censo demográfico brasileiro realizado no ano de 2010 apontou um quantitativo de aproximadamente 6.000.000 de pessoas com problemas relacionados à perda auditiva. No Distrito Federal (DF), há, aproximadamente, mais de 100 mil habitantes com deficiência auditiva (IBGE, 2010).

Esse número chama atenção para a necessidade do desenvolvimento de estratégias e programas que assegurem a comunicação entre os profissionais enfermeiros e portadores de deficiência auditiva (DA), em que, ao procurarem os serviços de saúde, estes se deparam com situações que interferem no atendimento prestando (OLIVEIRA et al., 2009).

Trabalhos existentes mostram que há insatisfação dos DAs com o atendimento disponibilizado em saúde, em que estes não conseguem transmitir o que estão sentindo, gerando medo, ansiedade, receio, além de se sentirem discriminados pela maneira como são atendidos (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006).

Os aspectos que circundam a deficiência auditiva são prejudiciais ao desenvolvimento das pessoas em todas as áreas. O não ouvir cria uma barreira de comunicação entre a pessoa portadora e as outras pessoas, refletindo no seu lado emocional, social e cognitivo. E, em alguns casos, não podem ser identificadas, sendo confundida com desatenção, reduzida motivação, desânimo, o que dificulta as suas relações sociais (GOMES et al., 2009).

Durante o desenvolvimento de uma consulta, é o familiar quem se comunica com o profissional, impedindo que o paciente, por ser portador de DA, expresse seus sentimentos, sua dor, dúvidas e anseios (GROSSI JÚNIOR; SANTOS, 2009).

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é expressa pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, em seu artigo 1º, reconhecendo LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos a ela associados e, ainda, no seu artigo 3º, que esta visa garantir o direito dos surdos, sustentando que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de DA, de acordo com as normas legais em vigor (BRASIL, 2002).

Atualmente, o uso da língua de sinais pelos profissionais da saúde ainda é muito precário e, às vezes, é comprometido o entendimento entre clientes e profissionais, fazendo com que o aprendizado em LIBRAS seja uma necessidade presente na rotina assistencialista (BITTENCOURT; HOEHNE, 2009).

O auxílio de um intérprete durante as consultas, embora seja de grande importância, ainda não preenche essa lacuna na redução do processo de comunicação. A redução na autonomia durante a realização da consulta e o fato de os DAs não serem compreendidos os deixa, normalmente, angustiados, nervosos, fazendo com que a consulta se torne ainda menos proveitosa, trazendo, também, o sentimento frustração dos familiares dos DAs (COSTA et al., 2009).

Os portadores de DA possuem direitos em saúde, que são assegurados pela Constituição Federal (CF) de 1998. Já pela Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080/90), são firmados os princípios do SUS, juntamente à Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PNSPD), instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, que objetiva, propiciar atenção integral à saúde da pessoa com DA, além de promoção e qualidade de vida (QV), prevenção de deficiências, atenção integral à saúde, melhoria dos mecanismos de informação, capacitação de recursos humanos e a organização e funcionamento dos serviços (AMARAL et al., 2012).

Dessa forma, a população possui reduzido conhecimento no que se refere a LIBRAS, até mesmo entre os DAs, possivelmente em virtude da quantida-

de reduzida de instrutores, e também, com relação à literatura nesta linguagem que é quase inexistente. Assim, é papel da equipe multidisciplinar de saúde se familiarizar e melhor compreender os mecanismos de comunicação com o paciente, além do envolvimento entre os seus próprios membros (PAGLIUCA; FIÚZZA; REBOUÇAS, 2007).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar o conhecimento de graduandos em enfermagem de uma instituição de ensino superior (IES), sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal (DF), no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

2 Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e que se propôs a analisar o conhecimento de graduandos em enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES), sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal (DF), no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Para aquisição dos dados necessários para a construção desse estudo, estes foram acessados por meio de um instrumento de coleta de dados (ICD), dividido em duas (02) partes. A primeira parte permitiu analisar o perfil socioeconômico dos graduandos em enfermagem participantes do estudo e a segunda permitiu verificar o conhecimento dos sujeitos da pesquisa, no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sendo estas classificadas enquanto fontes primárias. Os questionários foram aplicados em março de 2015, participaram da pesquisa um universo de 67 graduandos.

Foram realizados levantamentos bibliográficos eletrônicos juntamente à base de dados informatizados nacionais e internacionais Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), adquirindo, dessa forma, artigos de periódicos científicos, documentos oficiais e legislação correlata, se constituindo enquanto fontes secundárias.

O recorte histórico eleito se constitui do período compreendido entre os anos de 2000 a 2014, constituindo, dessa forma, quinze (15) anos. Foram também utilizados os Descritores em Ciência da Saúde

(DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo estes “Pessoas com Deficiência Auditiva”, número de registro “33553” e identificador único “D019986”, “Comunicação” com o número de registro “3173” e identificador único “D003142”, “Linguagem de sinais” com o número de registro “13193” e identificador único “D012813”, “Surdez” com o número de registro “3655” e identificador único “D003638” e “Percepção auditiva” com o número de registro “1312” e identificador único “D001307”.

O presente projeto de pesquisa foi submetido para tratamento e avaliação bioética juntamente ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), obtendo aprovação com o número da CAAE 40778915.6.0000.0023 e número do parecer 973.084, respeitando, integralmente, os dispositivos expostos juntamente à resolução de número 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), relacionadas às “diretrizes e normas regulamentadoras em pesquisa utilizando seres humanos”.

Após a aquisição dos subsídios necessários à construção da presente pesquisa por meio dos ICD, os dados foram organizados e analisados por meio do software Microsoft Excel 2013®, pertencente ao pacote Microsoft Office 2013®, for Windows®. Após esse processo, os resultados foram expostos por meio de tabelas.

3 Resultados

Foram aplicados 67 questionários aos graduandos em enfermagem, permitindo, dessa forma, verificar que, 92% foi composto por pessoas do sexo feminino, 46% (n=31) dos entrevistados possuíam idade entre 18 a 20 anos, 69% (n=46) declararam ser brasilienses, 97% (n=66) declararam possuir formação universitária incompleta, e 48% (n=32) se encontravam matriculados juntamente ao primeiro semestre universitário, conforme exposto na Tabela 1.

Já relação ao conhecimento que os atores sociais participantes do estudo possuíam sobre a temática em análise, conforme exposto na Tabela 2, a grande maioria declarou saber o que é LIBRAS, efetivando um total de 93% (n=62). 73% (n=49) informaram saber o que é a DA. Dos entrevistados, 84% (n=56) declararam saberem se comunicar com alguém portador de DA e 69% (n=46) informaram que já tiveram algum contato com uma pessoa portadora de DA.

Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos graduandos de enfermagem (n=67)

Faixa etária	Frequência	%
18-20	31	46
21-30	29	43
31-40	06	9
+40	01	1
Sexo		
Feminino	65	92
Masculino	02	3
Naturalidade		
Brasiliense	46	69
Goiana	09	13
Mineira	04	6
Cearense	02	3
Acreana	01	1
Amazonense	01	1
Carioca	01	1
Maranhense	01	1
Paraense	01	1
Paulista	01	1
Escolaridade		
Superior incompleto	66	97
Pós-graduação	01	1
Semestre		
1º	32	48
5º	14	21
9º	21	31
Total	67	100

Fonte: Produção dos próprios autores.

Já em se tratando do processo de interação, as maiores frequências apontaram que 39% (n=26) dos entrevistados declararam, respectivamente, que esta foi desenvolvida, de forma ruim ou regular, e 10% (n=07) declararam ser boa ou não haveria interação, respectivamente. Nesse quesito, apenas 1% (n=01) respondeu que a interação seria ótima (Tabela 2).

Ainda na tabela 2, no que se refere à opinião dos participantes do estudo, sobre a importância do ensino de LIBRAS, a maior frequência constituída por 87% (n=58) declararam que possuem interesse em aprender essa linguagem. Dos entrevistados, 90% (n=60) declararam concordar com a importância do curso de graduação em enfermagem disponibilizar o ensino de LIBRAS aos seus discentes em formação.

Com relação à obrigatoriedade do ensino de LIBRAS no decurso da formação universitária, 66% (n=44) se declarou favorável a essa questão. Já em questão à disciplina de LIBRAS se constituir como matéria optativa, 72% (n=48) foi favorável a essa afirmativa. No que se refere ao interesse em aprender LIBRAS, 87% (n=58) dos entrevistados se mostraram interessados (Tabela 2)

No quesito onde foi verificou-se o conhecimento do discente de enfermagem sobre algum local ou insti-

tuição que disponibiliza o curso de LIBRAS, 64% (n=43) respondeu negativamente. Já em relação à questão relacionada a LIBRAS ajudar na formação profissional 85% (n=57) declararam concordar com esta afirmativa. Dos entrevistados 92% (n=61) reconhecem que a comunicação seria uma das ferramentas para uma assistência em enfermagem de qualidade, durante uma consulta ou realização de um procedimento. Foi observado, ainda, que, para 82% (n=55) dos graduandos participantes da presente pesquisa, um DA, ao dar entrada em uma unidade ou instituição saúde, não conseguiria se comunicar com os profissionais de enfermagem e, para 67% (n=45) dos entrevistados, um intérprete tiraria a privacidade do paciente ao ser requisitado para traduzir a mensagem do DA (Tabela 2).

Para 94% (n=63) dos entrevistados, a categoria profissional de enfermagem não estaria plenamente preparada para atender uma pessoa portadora de DA e, para um universo composto por 90% (n=60) dos entrevistados, as instituições de saúde também não estariam plenamente preparadas para atender as pessoas portadoras de DA (Tabela 2).

Tabela 2 - Conhecimento que os graduandos de enfermagem possuem sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (n=67)

Sabe o que é LIBRAS?	Frequência	%
Sim	62	93
Não	05	7
Sabe o que é DA		
Sim	49	73
Não	18	27
Teve contato com DA		
Sim	46	69
Não	21	31
Sabe se comunicar com um DA		
Sim	56	84
Não	11	16
Como seria a interação com DA		
Regular	26	39,5
Ruim	26	39,5
Boa	7	10
Não haveria	7	10
Ótima	1	1
Importância que o curso de enfermagem ensine LIBRAS		
Sim	60	90
Talvez	6	9
Não	1	1
LIBRAS deveria ser matéria obrigatória		
Sim	44	66
Não	23	34
Libra deveria ser optativa		
Sim	48	72
Não	19	28
Tem interesse em aprender LIBRAS		
Sim	58	87
Não	09	13
Conhece algum local para realização curso de LIBRAS		
Não	43	64
Sim	24	36
Libra ajuda na formação do profissional		
Sim	57	85
Não	10	15

Comunicação seria boa ferramenta na assistência		
Sim	61	92
Não	03	4
Não responderam	03	4
Conhece algum programa voltado ao DA		
Não	54	81
Sim	13	19
DA conseguem se comunicar com enfermagem		
Não	55	82
Sim	12	18
Interprete tira a privacidade do DA		
Sim	45	67
Não	22	33
Enfermagem está preparada para atender ao DA		
Não	63	94
Sim	04	6
Instituições de saúde estão preparadas para atender ao DA		
Não	60	90
Sim	07	10
Total	67	100,00

Fonte: Produção dos autores do estudo.

4 Discussão

A análise dos resultados socioeconômico encontrado (Quadro 1) observou que o maior número entre as pessoas entrevistadas se constituiu do sexo feminino com (92%) e um grande número de jovens entre 18 e 20 anos (46%) e o maior percentual é de alunos do primeiro semestre (48%). Esses dois percentuais, a idade e o semestre dos graduandos chamam atenção pelo fato de serem alunos jovens e estarem iniciando sua carreira acadêmica e isso demonstra que, cada vez mais, os jovens interessam pelo assunto como o abordado na pesquisa, com uma visão holística e inclusiva sob pacientes portadores de deficiência auditiva (CORRÊA et al., 2010).

Já em relação aos quesitos que analisaram o conhecimento, a comunicação e o interesse em aprender LIBRAS, estes se encontram de comum acordo com a atual legislação, por exemplo a Lei Federal de número 10.436 de 24 de abril de 2002, que visa garantir o direito das pessoas surdas. Em seu artigo 1º, a referida norma legislativa reconhece a LIBRAS enquanto a forma de comunicação e expressão legalizada, e, em seu artigo 3º, a mesma norma federal estabelece que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequados aos portadores de deficiência auditiva (BRASIL, 2002).

A respeito da interação dos graduandos entrevistados em relação à comunicação com os DAs, foi evidenciada que esta se processaria de forma reduzida. Diante dessa constatação, se torna imprescindível, cada vez mais, a busca por aprimoramento em qualidade de atendimento desses futuros profissionais, objetivando proporcionar

mecanismos eficientes que permitam o atendimento às necessidades dessas pessoas, fazendo com que elas sejam acolhidas, respeitando as suas necessidades e singularidades, além de promover um atendimento mais humanizado (CORRÊA et al., 2010).

Nesse sentido, a interação entre as pessoas portadoras de DAs e profissionais de enfermagem tende a se tornar deficitária, a partir do momento que esse profissional se depara com uma forma de comunicação em que esta não se constitui enquanto uma linguagem verbal. Dessa forma e, na prática profissional, mesmo quando se tenta de algum modo, se comunicar usando outros meios, como por gestos ou mímicas, ficam evidenciadas as dificuldades de compreensão entre ambos, além de uma carência na utilização de LIBRAS por eles (LIEU et al., 2007).

Quando perguntado se conhecem algum local para a realização do curso de LIBRAS, a grande maioria respondeu não, com um percentual de 64%. O Decreto nº 5.626/05, em seu artigo 3º, tornou obrigatória a inclusão de LIBRAS nos currículos dos cursos de graduação em fonoaudiologia, licenciaturas e pedagogia, e optativa em relação aos demais cursos de educação superior, talvez uma solução a médio e a longo prazo, seria a inclusão da LIBRAS como disciplina obrigatória em todos os cursos da área de saúde, visto que, hoje, ela é ofertada, apenas, em algumas instituições como disciplina optativa, o que não tem atraído a atenção dos alunos, que, sem informações profundas sobre sua relevância, preocupam-se apenas, com as disciplinas obrigatórias para a conclusão de seus respectivos cursos (MACHADO, 2012).

Dessa maneira trabalhos apontam para a necessidade de reformular projetos pedagógicos dos cursos da área de saúde, inserindo LIBRAS nas grades curriculares como matéria obrigatória mais divulgação pela mídia, jornais, rádio, internet. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entidade com finalidade educacional, assistencial e sociocultural, tem como seu principal objetivo defender e lutar pelos direitos dos deficientes auditivos divulgando a LIBRAS (ARAGÃO et al., 2014).

No item programas voltados aos DAs, a grande maioria dos graduandos (81%) referem que não conhecem nenhum programa, o que confirma que deveria haver melhor divulgação para que a população conheça esses dispositivos legislativos, como, por exemplo, a Lei de LIBRAS (10.436/02), a Política Nacional de Saúde da

Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060/02, que tem como principal objetivo proporcionar atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, promoção e qualidade de vida (QV), melhoria dos mecanismos de informação, capacitação de recurso humanos e organização e funcionamento dos serviços entre outras (AMARAL et al., 2012).

Outro ponto a ser discutido é a inclusão social dessa clientela, em que movimentos nacionais e internacionais visam à busca por uma política de integração, visão social mais ampla com comprimento das leis vigentes, investimentos em programas sociais e cabe à sociedade fazer a integração com essa clientela (MACIEL, 2000).

Segundo os resultados, os DAs, ao darem entrada em uma unidade de saúde, não conseguiriam se comunicar com os profissionais de enfermagem e, nesse sentido, a comunicação estabelecida é um valioso instrumento quando se refere aos cuidados de enfermagem. É por meio dela que se criam vínculos, colhem-se dados, se desenvolve o histórico de enfermagem e a sua ausência pode atrapalhar no atendimento ao paciente com DA, podendo este se sentir excluído, porque é notado que, em vários estudos realizados, essa comunicação é prejudicada pelo motivo de a grande maioria dos enfermeiros não saberem plenamente se comunicar utilizando LIBRAS (CASTRO; PAIVA; CESAR, 2012).

Conforme os depoimentos dos atores sociais participantes do presente estudo, estes não estariam preparados para atender uma pessoa portadora de DA. Diante desses dados, se torna coerente, para os profissionais de enfermagem, uma busca de novos conhecimentos para atender as necessidades dos portadores de DA, observando suas características individuais e o uso da linguagem não verbal, necessitando ser mais valorizada a referida habilidade, objetivando minimizar barreiras possivelmente presentes nesse processo de assistência e de cuidado integral e de qualidade (CORRÊA et al., 2010).

Quanto ao aspecto que analisou o preparo das instituições de saúde para atenderem pessoas portadoras de DA, foi declarado pela maioria dos entrevistados que há fragilidade nessa habilidade. Estudos recentes relatam a insatisfação dos DA que, ao procurarem os serviços de saúde, se deparam com dificuldades no seu atendimento, pela reduzida possibilidade de comunicação e, em inúmeras vezes, não conseguem ser atendidos em todas as suas necessidades, fazendo com que eles tenham um sentimento de abandono e exclusão, o que chama atenção

para a necessidade de reformulação nas formas de atendimento e novas estratégias de políticas públicas (OLIVEIRA; LOPES; PINTO, 2009).

5 Conclusão

A presente pesquisa evidenciou o interesse dos graduandos de enfermagem pela disciplina LIBRAS, pois, por meio dela, a comunicação entre enfermeiros e pacientes com DA se torna uma importante ferramenta de trabalho para uma boa assistência de enfermagem, permitindo uma boa interação paciente/enfermeiro.

Mesmo com a existência de uma Lei Federal (LF), Decretos-Leis (DL), dentre outros dispositivos legislativos presentes no ordenamento jurídico brasileiro, que reconhecem LIBRAS enquanto meio legal de comunicação, além de garantir aos portadores de DA, tratamento e assistência à saúde, estes ainda não são suficientes para suprirem esses problemas relacionados a barreira de comunicação.

Talvez falte maior apoio de empresas privadas, públicas, da mídia em todas as suas dimensões e espectro de ação, para divulgar melhor programas e estratégias, além de locais onde possam ser realizados cursos de LIBRAS, para, assim, suprir com maior facilidade o reduzido número de profissionais de saúde e de outras áreas de atuação, a habilitação nessa importante linha comunicacional.

Os achados dessa pesquisa também podem fomentar discussões mais abrangentes sobre a importância do aprendizado de LIBRAS, ou até mesmo a inclusão desta enquanto disciplina obrigatória em cursos de graduação em enfermagem e, também, naqueles pertencentes ao campo da saúde e os outros que necessitam de profissionais que desenvolvem suas atividades com pessoas possuidoras desta necessidade, já que esta é oferecida normalmente enquanto optativa.

Referências

AMARAL, F. L. S. et al. Acessibilidade de pessoas com deficiência ou restrição permanente no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1833-1840, jul. 2012. doi: 10.1590/S1413-81232012000700022.

ARAGÃO, J. S. et al. Acesso e comunicação de adulto surdo: uma voz silenciada nos serviços de saúde. **Pesquisa Cuidados é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-7, jan./mar. 2014.

BITTENCOURT, Z. Z. L.; HOEHNE, E. L. Qualidade de vida de familiares de pessoas surdas atendidas em um centro de reabilitação. **Ciência Saúde & Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1235-1239, jan./jul. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232009000400029.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília (DF): Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5626, de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 25 out. 2014.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abril 2002. Disponível em: <<http://www.leidireito.com.br/lei-10436.html>>. Acesso em: 25 out. 2014.

CANDIA, M. A. B. **Enfermagem e o cuidado humanizado**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/enfermagem-e-o-cuidado-humanizado/18713/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CARDOSO, A. H. A.; RODRIGUES, K. G.; BACHION, M. M. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 553-560, jul./ago. 2006. doi: 10.1590/S0104-11692006000400013.

CASTRO, S. S.; PAIVA, K. M.; CÉSAR, C. L. G. Dificuldades na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissional de saúde: uma questão de saúde pública. **Revista da Sociedade Brasileira Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 578-583, abr./jun. 2012. doi: 10.1590/S1516-80342012000200005.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, ago. 2005. doi: 10.1590/S0080-62342005000400007.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre atendimento ao paciente surdo pelos profissionais de saúde. **Revista da Escola Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, p. 578-573, set. 2008. doi: 10.1590/S0080-62342008000300023.

CORRÊA, C. S. et al. O despertar do enfermeiro em relação ao paciente portador de deficiência auditiva. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 758-769, abr./jun. 2010.

COSTA, L. M. C. et al. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, São Paulo, v. 48, p. 731-738, maio/jun. 2009.

CRUZ, M. S. et al. Prevalência de deficiente referida a causas atribuídas: um estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1123-1131, maio 2009. doi: 10.1590/S0102-311X2009000500019.

DISTRITO FEDERAL. Portal Nacional de Tecnologia Assistiva. **DF terá primeira central de LIBRAS**. Notícias, 2009. Disponível em: <<http://www.assistiva.org.br/noticia/001050-df-teraprimeira-central-de-LIBRAS>>. Acesso em: 25 out. 2014.

FREIRE, D. B. et al. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 889-897, abr. 2009. doi: 10.1590/S0102-311X2009000400020.

GROSSI JUNIOR, R. U.; SANTOS, D. A. S. **Utilização da língua brasileira de sinais no atendimento aos surdos**: deficientes auditivos como forma de humanização da enfermagem. 2009. Disponível em: <http://editora-araraazul.com.br/novoeaa/revista_p=191>. Acesso em: 13 set. 2014.

IANNI, A.; PEREIRA, P. C. A. Acesso da comunidade surda à rede básica de saúde. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 89-92, abr./jun. 2009. doi: 10.1590/S0104-12902009000600015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Brasília: IBGE, 2010.

MACHADO, W. C. A. et al. Procura pelo curso de língua

de sinais brasileira: estudo descritivo exploratório. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-344, ago. 2012.

MACIEL, M. C. R. Portadores de deficiência a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, apr./jun. 2000. doi: 10.1590/S0102-88392000000200008.

OLIVEIRA, H. R.; LOPES, K. S.; PINTO, N. M. M. Percepção da equipe de enfermagem acerca da assistência prestada ao deficiente auditivo. **Revista Enfermagem Integrada**, Ipatinga, v. 2, n. 1, p. 165-175, jul./ago. 2009.

OLIVEIRA, Y. C. A. et al. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no Estado da Paraíba, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Paraíba, v. 16, n. 43, p. 974-986, out./dez. 2012. doi: 10.1590/S1414-32832012005000047.

PAGLIUCA, L. M. F.; FIÚZA, M. L. G.; REBOUÇAS, C. B. A. Aspecto da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, p. 411-418, set. 2007. doi: 10.1590/S0080-62342007000300010.